



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
POR SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS(SRP)**

Processo Administrativo nº 266 /2025

Modalidade: Pregão nº 002/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: MENOR PREÇO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Modo de disputa: Aberto

A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA do tipo **MENOR PREÇO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.**

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia **05/02/2026.**

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: às 10 horas, horário de Brasília.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de agenciamento de viagens**, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, visando atender às necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu o novo marco legal das contratações públicas.

1.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço da TAXA DE AGENCIAMENTO POR EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM AÉREA.**

1.3. **Não será aceita taxa negativa para essa licitação, vedação essa amparada no acórdão 00795-25TCE-RO.**

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

3.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 **Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos; A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

4.2 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.3 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante no TERMO DE REFERÊNCIA;

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21;

4.5 **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

4.6 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

4.6.1 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

mencionada em seu preâmbulo;

4.6.2 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.6.3 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.6.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

4.6.5 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.6.6 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Câmara Municipal de Buritis/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.6 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

4.7.1 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº14.133/21.

4.7.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.7.3 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

4.7.4 Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

4.7.5 Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Câmara de Buritis/RO;

4.8 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.8.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

4.8.2 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

4.8.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

4.8.4 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como formade ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

4.8.5 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.8.6 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.8.7 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

5.2 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.2.1 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

5.3 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

5.4 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas;

5.5 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.6 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.11 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor da Taxa de Administração;

6.1.2 Marca/Serviço;

6.1.3 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações e especificações conforme consta no Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.5.1 DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

6.5.2 Como critério de julgamento pelo menor preço menor taxa de agenciamento, não sendo permitida Taxa de Administração menor que R\$ 0,01 (um centavo de real), contudo, para preservar a exequibilidade do contrato e a qualidade do serviço, fica **vedado a aceitação de propostas com Taxa de Administração negativa (desconto sobre o valor da tarifa aérea).** Conforme item 2.5 do Termo de Referência.

3 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

3.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **item 6.1** do edital;

3.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

3.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCCLASSIFICARÁ**;

3.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

3.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

3.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

3.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

3.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

3.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **(0,01%)**;

3.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

3.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

3.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

3.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

3.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

3.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

3.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

3.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

3.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

3.20 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

3.21 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

3.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

3.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

3.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

3.25 **Nos casos específicos**, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.26.1 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

7.26.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.26.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.26.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.26.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.26.6 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.26 O disposto no item 7.26.6 somente se aplicará quando a melhor oferta não



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.27 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.28.1 Produzidos no País;

7.28.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.28.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.28.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de duas horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

4.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Inciso X, art. 32, da Lei 14.133/21.

4.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

4.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

4.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

4.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

4.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

4.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

4.6.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

4.6.5 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

4.6.6 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

4.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

4.6.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

4.6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

5 DA HABILITAÇÃO

5.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

5.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

5.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

5.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

5.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

5.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

subsequente;

5.1.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

5.1.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

5.1.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

5.1.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.1.11 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

5.2 OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTE EDITAL, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

5.3 Ato Constitutivo;

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

f) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento da Proposta;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

j) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

k) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

5.4 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da Proposta;

9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 Ficam as estabelecidades no Item 9.25 do Termo de Referência-Anexo I deste Edital.

6 DECLARAÇÕES:

10.1 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO III;

10.2 Declaração do **Anexo IV** – Conforme modelo de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

10.3 Declaração do **Anexo VI** - Conforme modelo de declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;

10.4 O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado;

10.5 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P. (Ministério Público), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme Inciso II, § 3º, II do art. 169, da Lei Federal 14.133/21;

10.6 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

10.7 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

10.8 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

10.9 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo **de 05 (Cinco) dias** úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.10 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **“chat”** a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.13 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

10.14 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

10.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.16 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** consecutivos de antecedência



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

da data de abertura da sessão deste Pregão;

10.17 Todos os documentos (exceto os impressos via internet) necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme dita o Art. 70, da Lei nº 14.133/21;

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **120 minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

A. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

B. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

C. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

D. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, vinculam a Contratada;

E. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

F. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

G. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

H. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12 DOS RECURSOS:

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

12.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.7 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.8 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.9 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.10 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.11 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.12 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato;

14.2 Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e terá vigência e encerrará em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21;

14.3 Condições de Pagamento: Conforme Item 7.3 do Termo de Referência-Anexo I Deste Edital.

14.4 Da Execução do Objeto: Conforme Item 5 do Termo de Referência – Anexo I Deste Edital.

14.5 O adjudicatário será comunicado, com prazo definido pela administração, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.6 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

avigência do contrato;

14.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato;

15 DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS À LGPD

15.1 Ficam as estabelecidas conforme **Item 7 do Termo de Referência-Anexo I Deste Edital.**

16 DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

16.1 Ficam as estabelecidas conforme **Item 8.4 do Termo de Referência-Anexo I Deste Edital.**

17 DO REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

17.1 DA CONTRATADA:

17.1.1 Ficam as estabelecidas conforme **Item 4 do Termo de Referência- Anexo I Deste Edital.**

17.2 OUTROS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS:

17.2.1 Ficam as estabelecidas conforme **Item 9.26 do Termo de Referência-Anexo I Deste Edital.**

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a classificada em primeiro lugar que:

1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
3. Não mantiver a proposta;
4. Falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

a. Ficar sujeita às seguintes sanções:

- multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

- suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Fundo de Social pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

19.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;

19.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo responsável pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação;

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

19.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

19.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

19.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

19.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 São Aquelas Estabelecidas no Item 11 do Termo de Referência -Anexo I Deste Edital.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

21.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente da Câmara Municipal de Buritis/RO;

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.licitanet.com.br e pregao@buritis.ro.leg.br, Portal de Transparência da Câmara Municipal de Buritis/RO, e também poderão ser obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Theobroma esquina com a Av. Nova Porto Velho, nº1374 Centro, Setor 1, CEP: 76.880-000, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

21.11 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

21.12 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

21.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

21.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

21.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 5º, do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21;

21.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

21.17 As decisões do Pregoeiro serão publicadas no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Buritis/RO;

21.18 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

21.19 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal de Buritis/RO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

21.20 Para atender a seus interesses, a Câmara Municipal de Buritis/RO, poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;

21.21 A Câmara Municipal de Buritis/RO poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

abertura;

21.22 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Buritis/RO;

21.23 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II -Minuta da Ata

ANEXO III- Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO IV -Estimativa de Custos ;

ANEXO V- Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar

Buritis, 20 de Janeiro de 2026.

Elaborado por: Rosilda Aguiar de Souza

Revisado Por: Fabiana de Almeida Barros Morais e Joyce Pazitto dos Santos



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

VERSÃO 01

DATA DE ELABORAÇÃO: 12/01/2026

RESPONSÁVEL: Gilberto Aparício

MATRÍCULA: 559

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Buritis – RO



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 45/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2025/CMB
Categoria: Serviços Comuns

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de agenciamento de viagens**, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, visando atender às necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu o novo marco legal das contratações públicas.

Item	Discriminação	Unid.	Quant. Total
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agenciamento de Viagens para Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais - Compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	01	R\$ 160.000,00
02	Taxa de emissão de bilhete de passagem, prestação de serviços de agenciamento de viagens.	Serviços 50	R\$ 0,01 (Valor unitário da Taxa de agenciamento por emissão de bilhete)

VALOR ESTIMADO DO ORÇAMENTO TOTAL: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) ANO 2026

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 43/2025, sendo passíveis de padronização e comparabilidade objetiva de propostas, atendendo ao disposto nos artigos 6º, inciso XXII, e 17, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.3.1. Os contratos firmados com base na Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de até 12 (doze) meses e poderão ser prorrogados sucessivamente, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e devidamente justificada a continuidade do serviço, observado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

1.4. A Ata de Registro de Preços, oriunda do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência e à execução da contratação, estabelecendo as condições específicas para adesões, contratações futuras, prorrogações, reajustes, revisões e hipóteses de cancelamento ou rescisão, em conformidade com a legislação vigente e as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O objeto contratado compreenderá a prestação de serviços de intermediação entre a Câmara Municipal e as companhias aéreas, de forma a garantir:

- a) a oferta das melhores condições de tarifas e horários disponíveis;
- b) o atendimento ágil e eficiente às solicitações;
- c) o suporte técnico necessário para emissão, alteração e cancelamento das passagens;
- d) a disponibilização de relatórios detalhados de voos e despesas, sempre que solicitado.

1.6. A prestação dos serviços deverá observar os princípios da **legalidade, eficiência, transparência e economicidade**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como das demais normas aplicáveis à Administração Pública.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus respectivos quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 43/2025, que integra o presente Termo de Referência como apêndice, servindo de base para a caracterização da necessidade e definição da solução a ser adotada.

2.2. O objeto desta contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026 da Câmara Municipal de Buritis/RO, conforme mencionado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, atendendo ao disposto no artigo 12, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento prévio das contratações públicas.

2.3. A contratação dos serviços de Agenciamento de Viagens justifica-se pela necessidade da Câmara Municipal de Buritis em otimizar e garantir a eficiência nos deslocamentos de seus servidores e parlamentares, em consonância com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que institui normas gerais de contratação para a Administração Pública.

2.4. Ademais, a contratação de empresa especializada assegura a conformidade com as regulamentações da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, promovendo viagens seguras, eficientes e devidamente gerenciadas, além de permitir melhor controle orçamentário e transparência nas despesas públicas.

2.5. Considerando a natureza comum do objeto e a necessidade de garantir a ampla competitividade, a contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento pelo menor preço menor taxa de agenciamento, **não sendo permitida Taxa de Administração menor que R\$ 0,01 (um centavo de real)**, contudo, para preservar a exequibilidade do contrato e a qualidade do serviço, **fica vedada a aceitação de propostas com Taxa de Administração negativa** (desconto sobre o valor da tarifa aérea), conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentações correlatas.

2.6. Ressalta-se que, em observância ao princípio da valorização da economia local e regional, será aplicada a Lei Municipal nº 2.176/2025, que institui tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, microempreendedores individuais e cooperativas de consumo



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

estabelecidos no município e na região, estimulando a competitividade local e o desenvolvimento econômico sustentável.

2.7. O procedimento licitatório observará, ainda, o disposto no Decreto Federal nº 11.246, de 5 de outubro de 2022, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Lei nº 14.133/2021, servindo como normativo complementar para a gestão da Ata de Registro de Preços e para a formalização das contratações dele decorrentes.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta abrange um conjunto de serviços essenciais para a gestão eficiente das viagens oficiais da Câmara Municipal de Buritis, contemplando todas as etapas necessárias para a aquisição, controle e acompanhamento de passagens aéreas, assegurando eficiência, economicidade e transparência no processo.

A empresa contratada será responsável pela execução dos seguintes serviços:

3.2. **Pesquisa de opções de passagens aéreas:** utilização de sistemas e ferramentas especializadas para identificação das melhores opções disponíveis no mercado, considerando critérios de custo, horário, rota, companhia aérea e disponibilidade, de modo a atender às necessidades da Administração.

3.3. **Reserva de passagens aéreas:** realização de reservas conforme as solicitações da Câmara Municipal de Buritis, observando as preferências e especificidades de cada deslocamento, buscando sempre a melhor relação entre custo e benefício.

3.4. **Emissão de passagens aéreas:** execução dos procedimentos necessários à emissão de bilhetes eletrônicos (e-tickets), em estrita observância às normativas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, garantindo a legalidade, autenticidade e validade dos documentos emitidos.

3.5. **Marcação e remarcação de passagens:** atendimento ágil e preciso para eventuais alterações de voos, respeitando as políticas das companhias aéreas e as normas aplicáveis, de modo a assegurar a continuidade das atividades institucionais sem prejuízo à economicidade.

3.6. **Cancelamento de passagens:** execução dos procedimentos administrativos e operacionais necessários para o cancelamento de bilhetes, em conformidade com as regras estabelecidas pelas companhias aéreas e demais regulamentações pertinentes.

3.7. **Suporte técnico e atendimento:** disponibilização de canal direto de atendimento para suporte aos usuários, durante o horário comercial e em situações emergenciais, garantindo atendimento ágil e eficaz.

3.8. **Relatórios de controle:** emissão de relatórios detalhados e periódicos sobre bilhetes emitidos, valores, destinos e passageiros, de forma a permitir o controle e a transparência dos gastos públicos.

3.9. A presente solução visa proporcionar à Câmara Municipal de Buritis maior eficiência, economia e segurança na gestão das viagens oficiais, permitindo a centralização das demandas, a padronização dos procedimentos e o controle contínuo das despesas com deslocamentos, em conformidade com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa contratada deverá prestar serviços com padrão de qualidade compatível com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, observando integralmente as disposições legais vigentes e garantindo a segurança, eficiência e regularidade das viagens. As partes ficam igualmente amparadas pelo disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber.

4.2. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá efetuar:



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 4.2.1. Execução de reserva automatizada (on-line) e emissão de seu comprovante;
- 4.2.2. Emissão de bilhetes eletrônicos (e-tickets) de forma automatizada e on-line;
- 4.2.3. Consulta e informação das melhores rotas ou percursos disponíveis, on-line;
- 4.2.4. Consulta sobre frequência de voos e tipos de aeronaves, on-line;
- 4.2.5. Consulta à menor tarifa disponível, on-line;
- 4.2.6. Impressão e registro das consultas formuladas;
- 4.2.7. Alteração e/ou remarcação de bilhetes conforme solicitação do contratante;
- 4.2.8. Combinação de tarifas, quando aplicável;
- 4.2.9. Assessoramento técnico para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), conexões mais adequadas e aproveitamento de tarifas promocionais;
- 4.2.10. Emissão de bilhetes mediante requisição de passagem aérea emitida pelo contratante;
- 4.2.11. Repassar integralmente todos os descontos e promoções de tarifas reduzidas concedidos pelas companhias aéreas;
- 4.2.12. Fornecer comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão, sempre que solicitado pelo contratante;
- 4.2.13. Realizar pesquisa comparativa entre companhias aéreas por meio de sistema informatizado próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive os decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas, desde que compatíveis com o cronograma da viagem.
- 4.3. Comprovar experiência anterior na prestação de serviços de agenciamento de viagens corporativas, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica.
- 4.4. Manter conhecimento atualizado das normativas, portarias e regulamentos emitidos pela ANAC e demais órgãos competentes, aplicáveis à execução dos serviços.
- 4.5. Assegurar atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive em finais de semana, feriados e situações emergenciais, para suporte às demandas da Câmara Municipal de Buritis.
- 4.6. Disponibilizar equipe técnica qualificada e treinada, com experiência comprovada em atendimento ao cliente e solução de demandas relativas a viagens corporativas, garantindo agilidade e eficiência no atendimento às solicitações do contratante.
- 4.7. **Subcontratação/Vedação à Subcontratação**
 - 4.7.1. **Vedação Expressa:** É vedada à Contratada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços de agenciamento de passagens aéreas objeto deste Termo de Referência.
 - 4.7.2. **Fundamento Legal e Racionalidade da Gestão:** A vedação se fundamenta no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (princípios do planejamento, da eficiência e da segurança jurídica), visando garantir o controle direto e integral sobre a execução do serviço. O agenciamento de passagens envolve responsabilidade técnica, gestão de informações sigilosas e movimentação de recursos públicos, exigindo que a execução seja realizada diretamente pela empresa detentora da adjudicação.
 - 4.7.3 **Manutenção da Responsabilidade Contratual:** A proibição visa assegurar que todas as obrigações contratuais, operacionais (emissão, remarcação, cancelamento e reembolso) e de responsabilidade por dados pessoais (LGPD, conforme cláusulas anteriores) sejam mantidas diretamente pela Agência Contratada, garantindo à Administração Pública um único e responsável interlocutor.
 - 4.7.4 **Jurisprudência do TCU:** A vedação acompanha o entendimento do



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo do que é estabelecido no Acórdão nº 2450/2025 - Plenário. Este Acórdão reforça que, para a manutenção da fiscalização eficiente e da cadeia de responsabilidade, é imperativa a proibição de subcontratação em atividades finalísticas do objeto, garantindo que o serviço seja executado pela Agência vencedora do certame.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência de prestação de garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza e o baixo risco da contratação.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da Solicitação e Local de Execução

5.1.1. Os serviços licitados serão solicitados conforme a necessidade da **Câmara Municipal de Buritis**, mediante **emissão de Ordem de Faturamento** contendo o nome, dados pessoais do beneficiário, data de embarque e quantidade de bilhetes a serem emitidos.

5.1.2. A **entrega dos bilhetes de passagens aéreas** será estabelecida em cada **Ordem de Fornecimento**, enviada preferencialmente por e-mail ao setor requisitante, podendo também ocorrer em local determinado pela Câmara Municipal de Buritis, conforme necessidade do serviço.

5.1.3. A empresa contratada deverá fornecer **passagens aéreas nacionais e internacionais**, de todas as **companhias aéreas devidamente autorizadas pela ANAC**, observando o prazo máximo de **até 04 (quatro) horas** após o recebimento da **Ordem de Faturamento**, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão contratante e a empresa contratada deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagens eletrônicas oficiais.

6.3. O órgão contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sempre que identificada a necessidade de correção ou ajuste durante a execução contratual.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações sobre as obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução, plano complementar da contratada (quando houver), método de aferição de resultados e sanções aplicáveis, dentre outros aspectos relevantes.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Câmara Municipal de Buritis, denominados fiscais do contrato, ou por seus respectivos substitutos, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A fiscalização da execução contratual caberá à Câmara Municipal de Buritis, que designará servidores responsáveis por meio de portaria ou decreto, conforme indicação do gestor da pasta competente. Os fiscais deverão adotar todas as providências necessárias à regularização de faltas ou defeitos identificados durante a execução, em conformidade com



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

o Decreto Municipal nº 13.509/2023.

6.7. Caberá ao fiscal, juntamente com o setor de licitações e a equipe de apoio, o controle e a administração dos preços registrados, devendo:

6.7.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando sua vigência e cumprimento;

6.7.2. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, quando necessário e vantajoso para a Administração;

6.7.3. Aplicar penalidades, observando o contraditório e a ampla defesa, nos casos de descumprimento das obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

6.7.4. Registrar todas as ocorrências relativas à execução da Ata de Registro de Preços, em livro ou sistema próprio, indicando data, descrição dos fatos, responsáveis e medidas adotadas, bem como encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS À LGPD

7.1. Da Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)

1. **Conformidade Legal e Definição de Papéis:** A Contratada (Agência de Viagens) se qualifica como Operadora de dados pessoais, atuando em nome e segundo as instruções da Contratante (Câmara Municipal de Buritis/RO - Controladora). A Contratada obriga-se a tratar os dados pessoais dos servidores (nomes completos, CPF, documentos de identificação, datas de nascimento, e-mails de contato e quaisquer outros dados de viagem) exclusivamente para a emissão de bilhetes aéreos, reservas e providências relacionadas ao deslocamento, em total conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

2. **Limitação e Vedação de Uso:** O tratamento de dados deve se limitar ao estritamente necessário para o cumprimento das obrigações contratuais de agenciamento. É expressamente vedado à Contratada utilizar, compartilhar, comercializar ou transferir os dados pessoais dos servidores para quaisquer outras finalidades (incluindo marketing, promoções ou vendas adicionais), ou com terceiros não envolvidos na prestação direta do serviço de transporte (companhias aéreas e sistemas de reservas - GDS).

3. **Segurança e Medidas Técnicas:** A Contratada deverá implementar e manter medidas de segurança técnicas e administrativas rigorosas, conforme o estado da arte e em linha com a LGPD, para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamento, destruição acidental ou ilícita, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. **Transferência Internacional:** Caso haja necessidade de transferência de dados pessoais para fora do território nacional (em decorrência da emissão de passagens em companhias aéreas ou uso de sistemas de reservas sediados no exterior), a Contratada deverá garantir que essa transferência cumpra integralmente o Art. 33 da LGPD, notificando previamente a Controladora sobre as medidas de segurança adotadas.

5. **Notificação de Incidentes:** A Contratada obriga-se a notificar a Contratante sobre qualquer incidente de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais sob sua guarda (vazamento, acesso não autorizado, etc.), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento de sua ciência, fornecendo todas as informações necessárias para que a Câmara Municipal possa tomar as providências cabíveis e



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

comunicar os titulares, se necessário.

6. **Término do Contrato:** Após a prestação dos serviços de agenciamento e o término da vigência contratual (ou quando finda a necessidade de retenção legal ou regulatória), a Contratada deverá eliminar ou anonimizar todos os dados pessoais tratados em nome da Câmara Municipal, exceto aqueles estritamente necessários para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias (ex: guarda de comprovantes de emissão de passagens).

7. **Responsabilidade por Dano:** A Contratada será responsável por eventuais multas e indenizações decorrentes de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos servidores, na qualidade de Operadora, em decorrência de suas ações ou omissões, nos termos do Art. 42 da LGPD.

8 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada conforme segue:

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1. O recebimento dos serviços será realizado definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

8.1.2. Caso, após o recebimento, seja constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações contratuais ou com a proposta apresentada, a contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços rejeitados, parcial ou totalmente, no prazo máximo de 01 (uma) hora, de forma a não comprometer a realização das atividades públicas às quais se destinam.

Conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

8.2. Prazo de Pagamento

7.2.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações contratuais e legais, já deduzidas as eventuais glosas ou notas de débito, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

8.3. Forma de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, com crédito em conta corrente, agência e banco indicados pela contratada.

7.3.2. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente ao crédito.

8.4. Antecipação do Pagamento

7.4.1. Não será permitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no art. 45 do Decreto Municipal nº 13.509/2023.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.5. Penalidades por Inadimplemento

7.5.1. O não atendimento aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência poderá resultar em descontos proporcionais no pagamento ou na aplicação das medidas e penalidades previstas no contrato, conforme a legislação vigente.

9 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO SRP, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

9.1.2. Critérios de aceitabilidade de preços:

9.1.3. No julgamento das propostas será considerado o critério MENOR PREÇO POR ITEM, consagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor preço dos serviços de agenciamento de passagens aéreas, atendidas as demais condições deste termo de Referência. Conforme QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

9.1.4. O critério de julgamento foi definido com fundamento na Decisão do TCU (TC 003.273/2013-0 - Plenário) onde Ministro Raimundo Carreiro conclui que: Após todas as análises e informações juntadas aos autos, posso concluir que, em vista do fato de o serviço de agenciamento não depender do valor da tarifa, é mais razoável que seja remunerado por taxa fixa do que por um percentual. Sobretudo, porque qualquer modelo remuneratório que estabeleça percentual do valor da tarifa, seja ele por maior desconto (modelo antigo que não existe mais) ou por maior acréscimo (caso fosse adotada a taxa DU), configurar-se-ia estímulo para que as contratadas não escolhessem as passagens mais baratas. Sendo assim, nesse momento concordo que a escolha da SLTI pelo modelo de taxa fixa de agenciamento para novo marco regulatório na aquisição de passagens pela Administração Pública, foi acertada. Em decorrência de alterações de mercado, em especial das inovações tecnológicas com o aumento significativo de aquisição de passagens aérea diretamente das companhias aéreas por meio da internet, sem intermediação das agências, em meados de 2012, as companhias aéreas alteraram a sistemática de remuneração para as compras governamentais, comunicando o fim dos comissionamentos e, acarretando, portanto, a inviabilidade do modelo licitatório que tinha como critério maior desconto sobre o volume de vendas.” (grifo nosso)

9.1.5. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

9.11. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

9.12. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

9.13. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.24. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

9.25. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, será conforme delimitado abaixo:

9.25.1. Considerando os valores anuais da contratação, PARA O ÚNICO ITEM as empresas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades e prazo.

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância do serviço(s)/fornecimento objeto dessa solicitação, qual seja serviços de que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços /fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo em contrato para atender com pelo menos 10 serviços referente ao item único.

c) Entende-se por pertinente e compatível em prazo o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços/fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou satisfatoriamente o serviço compatível com o objeto desta licitação, pelo período mínimo de 2 (dois) meses.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.25.2. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

9.25.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão da Pregoeira, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

9.25.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9.25.5. A apresentação do Atestado de Capacidade Técnica neste caso é necessária para comprovar que a empresa vencedora da licitação tem competência para executar os serviços objeto deste termo de referência, visto que se trata de uma contratação estimada para 12 meses e considerando também o valor estimado total da contratação.

9.26. OUTROS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS

9.26.1. Comprovante de que possui inscrição no CADASTUR (Ministério do Turismo), nos termos do art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008;

9.26.2. Declaração da própria licitante, sob as penas da lei, que está autorizada a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das seguintes companhias aéreas: LATAM, GOL e AZUL.

9.26.3. Poderá a licitante apresentar a declaração de que trata o subitem 8.26.2. deste Termo de Referência, expedidas em seu nome ou no nome da Agência de Viagens Consolidadora, devendo, para tanto, comprovar que é empresa Consolidada, através de documentos que inequivocamente atestem essa relação, nos termos abaixo detalhados.

9.26.4. Em se tratando de Agência Consolidada, além das exigências acima especificadas, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia autenticada do Contrato de fornecimento de passagens aéreas, firmado com a Agência de Viagens Consolidadora com a qual mantém relação comercial.

b) Declaração da Agência de Viagens Consolidada comprometendo-se a:

I- Adquirir diretamente das companhias aéreas os bilhetes de passagens, no caso de celebração de Contrato com os órgãos participantes, caso a Agência de Viagens Consolidadora com a qual mantém Contrato para a finalidade em apreço, vier a encerrar as suas atividades ou rescindir o Contrato com a agência de viagens consolidada, devendo ainda resguardar a Administração Pública Municipal de perdas, danos e penalidades, em razão de qualquer fato desta ordem que importe em sua descontinuidade, e

II- Assinar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da rescisão do Contrato com a consolidadora, termo contratual para o objeto em questão, com as companhias aéreas ou com outra Agência de Viagens Consolidadora, a fim de que o fornecimento de passagens aéreas não sofra descontinuidade.

III- Fica esclarecido, para fins deste Termo de Referência, que se entende por Agência de Viagens Consolidadora aquela que fornece,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

mediante contrato, bilhetes de passagens aéreas para outras agências de viagens, e por consolidada aquela que recebe mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas da consolidadora.

10 – ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. O valor para o desembolso anual para atender a demanda da Câmara Municipal de Buritis, é de **R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta mil reais)** conforme estimativa de gastos para o exercício de 2025/2026, previsto no ETP e tabela do item 1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de preços foi elaborada com base no Orçamento previsto para o exercício de 2026, e mediante pesquisa de mercado, observando **no mínimo três (03) cotações válidas** junto a empresas especializadas, complementada por levantamento em portais de transparência e bases públicas de contratação. A formação do valor estimado considerou a disponibilidade orçamentária e a **média aritmética** das cotações válidas, adotando-se procedimento em consonância com o **art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, com o objetivo de garantir a fidedignidade e a vantajosidade da estimativa para a Administração.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos serão oriundos do orçamento vigente do Projeto/Atividade 01 031 1000 2001 0000 Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara - Elemento de Elemento de Despesa 3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção.

11.2 Se a futura e eventual contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Buritis-RO.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na fase de planejamento em momento oportuno para aprovação da Lei Orçamentária.

Edivaldo da Silva Souza
Diretor de Planejamento e Orçamento

*Submete-se o presente
Termo de Referência para
que seja aprovado pela
autoridade competente da
Câmara Municipal de
Buritis/RO.*

Aprovo o presente Projeto Básico/Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021.

Gilberto Aparício
PRESIDENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026 DO PROCESSO Nº 266/2025.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI/RO, localizada na rua Theobroma, nº 1374, Esquina com a AV. Porto Velho, setor 02, Centro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.651.731/0001-60 representada pelo Sr. Gilberto Aparício, Presidente da Câmara Municipal de Buritis/RO.

FORNECEDOR REGISTRADO:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____ - _____, email _____, contato _____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, residente de domiciliado na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____ - _____.

Pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a aquisição constante do objeto do **Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2026** mediante o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, visando atender às necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu o novo marco legal das contratações públicas.** Conforme itens previstos na CLÁUSULA SEGUNDA desta Ata.

1.2 A entrega/execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do Edital de **Pregão Eletrônico nº 002/2026** e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. O registro de preços não obrigará a CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do ORGÃO, podendo ser de forma parcelada, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou ainda cancelar a Ata nas hipóteses legalmente previstas, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO REGISTRADO

2.1 Conforme proposta final da empresa adjudicatária, o valor para fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme valor unitário abaixo discriminado:

Item	Discriminação	Unid.	Quant. Total
------	---------------	-------	--------------



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agenciamento de Viagens para Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais - Compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	01	R\$160.000,00
02	Taxa de emissão de bilhete de passagem, prestação de serviços de agenciamento de viagens.	Serviços 50	

2.2 No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, mão de obra, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos necessários ao cumprimento do presente ATA ocorrerá por conta do recurso indicado no ITEM 11 do Termo de Referência- Anexo I constante no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento de cada fatura será realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações contratuais e legais, já deduzidas as eventuais glosas ou notas de débito, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

4.2 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da CONTRATADA.

4.3 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 A CONTRATADA deverá manter atualizados seus dados, tais como endereço, telefone, etc, devendo comunicar a CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO acerca de qualquer alteração.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 As condições de entrega/execução do objeto estão dispostas no Item 5 do Termo de Referência - Anexo I constante no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026.

5.2 Todo e qualquer fornecimento/execução do objeto fora do estabelecido no Termo de Referência obriga a CONTRATADA a refazer os serviços após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/editalícias/contratuais aplicáveis à espécie).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato Diário Oficial dos Municípios – DOM, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

7. CLAÚSULA SÉTIMA –DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Em cada fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços serão observadas quanto ao preço as cláusulas e condições no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 e anexos, que a precederam e



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

integram o presente instrumento.

7.1.2 O fornecimento/execução dos serviços dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da Câmara Municipal de Buritis/RO.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 O recebimento do objeto se dará da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pela fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, pelo gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1 Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do IPCA- índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2 A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizada por escrito e devidamente motivada e justificada, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar com a apresentação dos seguintes documentos o aumento ou redução do preço, tudo condicionado à análise pela Administração:

- a) Notas Fiscais ou equivalentes da época da proposta (mínimo de 3 notas fiscais/documentos equivalentes) e da data do pedido (mínimo 3 notas fiscais/documentos equivalentes);
- b) Planilha de custos que demonstre de forma detalhada a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.3 Serão indeferidos de forma sumária, obrigando o fornecedor a cumprir as obrigações estabelecidas na ata, os pedidos desacompanhados da documentação acima descrita (mínimo de 3 notas fiscais/documentos equivalentes da época da proposta, mínimo de 3 notas fiscais/documentos equivalentes data do pedido e planilha de custo detalhada).

10.4 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, na forma deste edital, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.5 A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 dias após seu protocolo.

10.5.1 Havendo análise favorável do pleito, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro será concedida a partir da data do protocolo do pedido.

11. DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico – Registro de Preços e anexos;
- b) Assumir a responsabilidade pelos ônus e encargos (inclusive os fiscais) resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;
- c) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação (inclusive o preço);



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- d) Fornecer o objeto licitado no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- e) Fornecer e arcar com as despesas relativas ao objeto Licitado;
- f) Fornecer o serviço conforme exigências do Edital e seus anexos;
- g) Fornecer **passagens aéreas nacionais e internacionais**, de todas as **companhias aéreas devidamente autorizadas pela ANAC**, observando o prazo máximo de **até 04 (quatro) horas** após o recebimento da **Ordem de Faturamento**, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas;
- h) Os serviços licitados serão solicitados conforme a necessidade da **Câmara Municipal de Buritis**, mediante **emissão de Ordem de Faturamento** contendo o nome, dados pessoais do beneficiário, data de embarque e quantidade de bilhetes a serem emitidos;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/editalícias/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto da licitação, bem como a observações às normas técnicas;
 - l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- m) Atender aos chamados da CÂMARA MUNICIPAL de BURITIS, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado neste termo, sem prejuízo das demais obrigações;
- n) Sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pela do CÂMARA MUNICIPAL de BURITIS;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA–DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a CONTRANTE a:

- a) Comunicar à empresa CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto;
- b) Rejeitar no todo ou em parte os serviços que a CONTRATADA a executar fora das especificações do Edital;
- c) Verificar o cumprimento dos prazos estipulados nas ordens de compra;
- d) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- e) Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- f) Comunicar imediatamente à contratada, qualquer irregularidade observada na prestação do serviço;
- g) Proporcionar todas as viabilidades necessárias à boa execução dos serviços referente a essa ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- h) Efetuar o pagamento à CONTRATADA observadas as condições e prazos definidos na Ata de Registro de Preços.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A entrega do produto/execução dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela Câmara Municipal de Buritis/RO, por intermédio da(o) _____, que acompanhará a entrega do objeto/execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de documentos fiscais, notificando à CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

13.2 O(s) fiscal(is) anotar(ão) no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.2.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o(s) fiscal(is) emitirá(ão) notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

13.2.2 O(s) fiscal(is) informará(ã) ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.2.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto, o(s) fiscal(is) comunicará(ão) o fato imediatamente ao gestor do contrato/Ata.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

13.2.4 O(s) fiscal(is) comunicará(ão) ao gestor do contrato/Ata, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação, se for o caso.

13.2.5 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o(s) fiscal(is) atuará(ão) tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato/Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.2.6 O gestor do contrato/Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.2.7 O gestor do contrato/Ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.2.8 O gestor do contrato/Ata a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.3 Coordenará os atos preparatórios à instrução processual e a formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros e emitirá decisão sobre todas as solicitações relacionadas à execução do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da instrução do requerimento.

13.4 O gestor do contrato/Ata acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato/Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.5 O gestor do contrato/Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.6 O gestor do contrato/Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.7 O gestor do contrato/Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a classificada em primeiro lugar que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato/ATA, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) Não mantiver a proposta;
- d) Falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15. Ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Fundo de Social pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade
- f) A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

conforme os preceitos legais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.10 fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de Registro de Preços, ORIUNDA do Pregão Eletrônico nº 002/2026, Termo de Referência e demais anexos;
- b) Não emitir a respectiva nota Fiscal ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Buritis/RO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
- d) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- e) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço, com antecedência de 30 (trinta) dias, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 À presente Ata de Registro de Preços, inclusive quanto aos casos omissos, serão aplicáveis as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais preceitos de direito público e, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

18.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.1.1 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.1.2 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.1.3 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.1.4 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.1.5 A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.1.6 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.1.7 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18.2 Para dirimir questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de BURITIS – RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Buriti/RO, ____ de ____ de 20__.

EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL:



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

ANEXO III DO EDITAL

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 266/2025**

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-

MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE:

AG.:

BANCO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

ANEXO IV DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS
(Relação de itens)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Agenciamento de Viagens para Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais - Compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Serviço	1	R\$ 160.000,00
	Taxa de emissão de bilhete de passagem, prestação de serviços de agenciamento de viagens.	Taxa %	Serviços 50	R\$ 0,01 (Valor unitário da taxa de agenciamento por emissão de bilhete)

Atenção: Para preenchimento da Proposta (Anexo II) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**.

Este valor médio da Taxa 0,01% foi aferido através de realização de cotações no Banco de Preços, sendo, portanto, esteo valor que será utilizado como média no presente pregão eletrônico.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados podem apresentar proposta do **ITEM** de seu interesse, respeitado o critério de julgamento.

1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar

duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

ANEXO V DO EDITAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa [**Razão Social da Empresa Licitante**], inscrita no CNPJ sob o Nº. [**da Empresa Licitante**], estabelecida na [**endereço da Empresa Licitante**], prestou para esta empresa/Entidade [**Razão Social da Empresa Emitente do atestado**], inscrita no CNPJ sob o Nº. [**CNPJ da Empresa Emitente do atestado**], situada no [**endereço da Empresa Emitente do atestado e Telefones**], o (s) item (s) cotado (s), abaixo especificado(s), no período de (__/ __/ _____ a __/ __/ __):

- **OBJETO ENTREGUE:** (descrever o objeto a ser entregue)
- **VALOR TOTAL** _____ (R\$):descrever o valor contratado (se possível).
- **TEMPO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** _____ (quantidade/meses/ano)

Atestamos ainda, que tal(is) prestação (ões) está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 43/2025

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

CMB - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2025.

Categoria do Objeto: Prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais.

Area Requisitante
Diretoria Geral

Responsável
Madiele dos Santos Rath Dutra

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se da elaboração de Estudo Técnico Preliminar visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas nacionais, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Buritis durante o exercício de 2026.

A contratação tem por objetivo garantir o atendimento das demandas de deslocamento de vereadores e servidores em missões oficiais, cursos de capacitação, congressos, reuniões institucionais e demais atividades de interesse público relacionadas às atribuições do Poder Legislativo Municipal.

A escolha pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos de eficiência e produtividade, pela redução do tempo de deslocamento, pela segurança dos passageiros e pelo melhor custo-benefício em relação a outros meios de transporte, especialmente em trajetos de longa distância.

O objeto compreenderá os serviços de pesquisa de voos, reservas, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como o suporte técnico necessário para o atendimento tempestivo e adequado das solicitações deste Poder Legislativo, conforme as normas de gestão pública e de controle de gastos.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação tem previsão no plano anual de Contratações, o qual consta no processo 41/2026 (id 86207) para o exercício de 2026.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Descrição:

- **Serviços Essenciais:** Reserva, emissão, remarcação, cancelamento e entrega de bilhetes de passagens aéreas (e-tickets) em âmbito nacional e internacional.
- **Atendimento e Suporte:** Disponibilização de atendimento dedicado para solicitações e suporte contínuo (em horário comercial e regime de plantão/emergência).
- **Controle:** Fornecimento de relatórios gerenciais e detalhados sobre as despesas, voos e bilhetes emitidos.
- **Habilitação e Regularidade:** A Contratada deverá comprovar sua aptidão e regularidade, apresentando as **licenças de funcionamento válidas e registros nos órgãos competentes** (Ex: CADASTUR, IATA, ou outros pertinentes à atividade de agenciamento de viagens e turismo).
- **Sustentabilidade (Econômica/Social):** O critério de julgamento deverá buscar a solução economicamente mais vantajosa (menor taxa de agenciamento), garantindo,



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

simultaneamente, que a proposta seja exequível e capaz de remunerar adequadamente a empresa, evitando riscos de descontinuidade do serviço.

- Regularidade Jurídica e Fiscal: Possuir todas as certidões válidas e apresentar comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme exigências legais vigentes;
- Cumprimento de Prazos: Atender pontualmente às solicitações de emissão, remarcação ou cancelamento de passagens, observando os prazos e condições estabelecidos em contrato;
- Qualidade do Serviço: Prestar os serviços com padrão de qualidade compatível com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), assegurando a eficiência, segurança e comodidade dos passageiros;
- Atendimento Permanente: Manter canal de atendimento acessível (telefone e e-mail) durante o horário comercial, para suporte às demandas da Câmara Municipal;
- Emissão Econômica: Buscar sempre as tarifas mais vantajosas disponíveis no momento da solicitação, observando o princípio da economicidade na Lei nº 14.133/2021.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Análise das Alternativas:

1. **Compra Direta/Reembolso:** Solução burocrática e ineficiente, que não permite a obtenção de preços vantajosos. **(Inviável)**
2. **Contratação de Companhias Aéreas Individualmente:** Não atende à necessidade de comparação de preços entre diferentes empresas e rotas. **(Inviável)**
3. **Contratação de Agência de Viagens (Solução Adotada):** Agências de viagens possuem *know-how* e sistemas que permitem a centralização, comparação de tarifas (busca por economia) e gestão logística de todos os deslocamentos. **(Mais Vantajosa)**

Justificativa da Solução: A contratação de empresa especializada por meio de licitação (Pregão Eletrônico/SRP) é a alternativa mais vantajosa, pois garante a competição, a economicidade (busca pelo menor preço do serviço de agenciamento) e a eficiência na gestão das viagens, em conformidade com o interesse público.

Critério de Julgamento e Taxa de Agenciamento: O julgamento será pelo **Menor Preço** (menor Taxa Administrativa/Agenciamento por bilhete/serviço). **Não será permitida a Taxa de Administração menor que (um centavo de real) (R\$ 0,01).** Contudo, para preservar a exequibilidade do contrato e a qualidade do serviço, **fica vedada a aceitação de propostas com Taxa de Administração negativa** (desconto sobre o valor da tarifa aérea).

Foram analisadas as possíveis alternativas para atendimento da necessidade de aquisição de passagens aéreas nacionais pela Câmara Municipal de Buritis, considerando critérios de eficiência, economicidade e capacidade operacional.

Durante a análise de mercado, observou-se a existência de comércios locais potencialmente aptos a atender ao objeto. Em consonância com a Lei Municipal Nº2.176/2025, que institui tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, microempreendedores individuais e cooperativas de consumo, busca-se ampliar a competitividade e oportunizar a participação dos empreendedores locais e regionais, fortalecendo o desenvolvimento econômico do município e do vale do Jamari. Diante das alternativas avaliadas, conclui-se que a contratação de agência de viagens especializada é a solução mais adequada para o atendimento da demanda da Câmara Municipal de Buritis, considerando aspectos de eficiência operacional, economicidade e qualidade do serviço.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha pela contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas nacionais justifica-se pela necessidade de otimizar a força de trabalho existente na Câmara Municipal de Buritis e simplificar os procedimentos administrativos relacionados à aquisição de passagens.

A adoção desse modelo de contratação proporciona maior segurança, eficiência e controle às atividades de deslocamento oficial, assegurando que todas as etapas — desde a reserva até o



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

embarque sejam realizadas com rapidez, transparência e economia, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o serviço especializado minimiza falhas operacionais, reduz o tempo gasto em processos internos e permite o acompanhamento centralizado das despesas com viagens, favorecendo o controle orçamentário e a gestão eficiente dos recursos públicos.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais, com vigência de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades de deslocamento de vereadores e servidores da Câmara Municipal de Buritis em viagens oficiais, cursos de capacitação, congressos e demais eventos institucionais durante o exercício de 2026.

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para a definição do valor estimado da contratação, foram considerados os gastos apurados durante o exercício de 2025, registrados no Processo 07/2024, que servem como base histórica de referência para o consumo de passagens aéreas pela Câmara Municipal de Buritis.

Destaca-se que, em razão da natureza dinâmica e imprevisível das atividades legislativas, especialmente aquelas que envolvem deslocamentos para eventos, capacitações, congressos e reuniões institucionais, não é possível prever com precisão a quantidade de viagens que ocorrerão ao longo do exercício contratual.

Assim, considerando o histórico de despesas de exercícios anteriores, o aumento projetado da demanda institucional e a variação dos preços médios praticados no mercado, estima-se um valor global de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para o exercício de 2026.

Esse valor será utilizado como base para o orçamento de referência e para a definição do limite de empenho anual, atendendo ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e assegurando o planejamento adequado e a viabilidade financeira da contratação.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não há possibilidade de parcelamento do objeto, uma vez que o serviço de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais requerido pela Câmara Municipal de Buritis é de natureza unitária e integrada, podendo ser prestado de forma eficiente por uma única empresa especializada.

O fracionamento do objeto não traria ganhos de economicidade nem de eficiência, além de dificultar o controle e a gestão das reservas, emissões e cancelamentos de passagens.

Dessa forma, a contratação global de uma única empresa assegura melhor gestão administrativa, padronização dos procedimentos, centralização das informações e redução de custos operacionais, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e racionalização das contratações públicas, previstos na Lei nº 14.133/2021.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação, tendo em vista que o objeto se refere à prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais, de natureza administrativa e não operacional, sem geração direta de resíduos, efluentes ou consumo significativo de recursos naturais.

Ressalta-se, contudo, que a Câmara Municipal de Buritis mantém o compromisso com práticas sustentáveis e poderá adotar, sempre que possível, medidas compensatórias e de racionalização em suas atividades administrativas, em consonância com os princípios da gestão ambiental pública e da sustentabilidade previstos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação está claramente demonstrada e devidamente justificada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A solução escolhida contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais — foi analisada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, sendo considerada a alternativa mais adequada para atender às demandas da Câmara Municipal de Buritis.

Dessa forma, com base nas informações apresentadas e nos levantamentos realizados, declara-se que a contratação é tecnicamente viável, estando a solução plenamente exequível, vantajosa e alinhada ao interesse público.

RESPONSÁVEIS ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO – ETP

Edivaldo da Silva Souza
Diretor de Planejamento e Orçamento

Autorizado pelo Gestor: Gilberto Aparício
Vereador Presidente



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO

AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME / EPP /

EQUIPARADAS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 POR SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS(SRP)
PROCESSO Nº 266/2025**

A Câmara do Município de Buritis-RO, através do pregoeiro designado através da Portaria nº23/2023 , torna público a realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, configurado **MENOR PREÇO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, visando atender às necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu o novo marco legal das contratações públicas.

Valor total da licitação: R\$ 160.000,00

Taxa 0,01%

DATA DA ABERTURA: 05/02/2026

HORÁRIO: às 10 horas, horário de Brasília.

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos www.licitanet.com.br (site oficial) e no site www.buritis.ro.leg.br portal da transparência (site alternativo).

Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (69) 3238-3111, através do e-mail pregao@buritis.ro.leg.br ou na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Buritis - RO, Setor 2, Rua Theobroma esquina com a Av. Porto velho, nº 1374, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min.

Buritis - RO, 22 de Janeiro de 2026.